

broto

ACTESP

boletim informativo da associação dos
conselheiros tutelares do estado de são paulo

broto... edição 01
fev-mar-abr/2000

EDITORIAL

A ACTESP foi criada com o objetivo de defender o ECA, de contribuir para a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas na área de infância e adolescência, defender os conselhos tutelares dos abusos e omissões do poder público, dando assessoria técnica a estes conselhos, promovendo encontros e troca de experiências, além de defender os direitos dos conselheiros, para que possam desempenhar da melhor forma suas funções.

Ao assumirmos esta gestão, recebemos como prioridade a regularização jurídica da entidade (veja matéria na página central). Hoje, devidamente regularizada, a ACTESP pode dar continuidade aos seus princípios fundamentais. A captação de recursos financeiros, necessários em qualquer entidade, e o desenvolvimento de projetos de assessoria e formação são outras conquistas, ainda em andamento.

Pudemos contar com a colaboração e a parceria de

profissionais e militantes que, ao longo dos anos, vêm construindo a história da defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes em nosso país, a estes expressamos nossos agradecimentos e nosso respeito.

A ACTESP tem tido efetiva representatividade em diversos municípios e regiões. Sabemos que ainda não nos fizemos presentes em muitos municípios, em muitos conselhos. Sabemos que muitos conselheiros tutelares nem sequer sabem da existência da ACTESP, sabemos, também, que não é possível fazer tudo ao mesmo

tempo. Sabemos que o importante é não parar, é conquistar espaços seguros, efetivos, participativos.

A diretoria da ACTESP sabe que não é perfeita e nem almeja isso. Sabemos que erramos e não temos vergonha dos erros, que ocorrem na busca do acerto, pois errando e acertando, juntos e representativos, os conselheiros tutelares do Estado de São Paulo estarão marcando sua participação na história de uma vida melhor para nossas crianças e adolescentes.

Maria Isabel Garavello (Presidente)

Élio Batista Cavallari (Vice-Presidente)

Rose Mary Delgado (Primeira Secretária)

Nadir dos Santos Buars (Segunda Secretária)

Anaide Maria Andrade dos Santos (Primeira Tesoureira)

Benedita Sales Teixeira (Segunda Tesoureira)

Sônia Santos Costa (Diretora Social)

Propercio Antonio de Rezende (Diretor de Comunicação)

REBAIXAMENTO DA IDADE PENAL

Desviando o foco da verdadeira realidade

Como integrante da Comissão Executiva do Comitê Contra o Rebaixamento da Idade Penal, a ACTESP garante a participação efetiva nesta luta contra aqueles que querem eleger os adolescentes infratores, agentes de toda violência gerada no país.

A divulgação feita pelos grupos que defendem o rebaixamento enfoca o problema de forma a dar a falsa impressão de que o rebaixamento diminuiria o nível de violência nas cidades. Além disso, as pesquisas de opinião pública que referendam o rebaixamento firmam-se no fato de que

a população quer que os adolescentes em desacordo com a lei sejam punidos. Não é levada em conta o desconhecimento da sociedade de que esta punição já existe, e pode ser mais severa do que a aplicada a adultos. Um adulto que pratica roubo à mão armada, se tiver bom comportamento, ficará preso por dois anos, o adolescente cumprirá medida educativa, invariavelmente, internado por três anos.

Enquanto muitos países pedem penas alternativas para os adultos, por perceber que a prisão não

leva à ressocialização, o Brasil quer fazer o contrário. Além disso, apenas 8,46% dos crimes praticados por adolescentes atentam contra a vida.

É preciso ter coragem para dizer que a discussão da redução da idade penal desvia o foco real de questionamento, que é o aumento da violência e da criminalidade pelo não investimento em políticas sociais. Existe uma causa maior que se quer esconder. É preciso levá-la à tona.

“Há que se cuidar do broto, para que a vida lhe dê flor e frutos...”

O resumo de uma caminhada...

...seis anos de trabalho marcado

Fev/1994 Nasce a idéia da criação de uma associação de conselhos tutelares, em um curso de capacitação realizado em São Paulo.

Na primeira reunião **Mar/1994** realizada, são discutidos os primeiros princípios da associação e eleita uma comissão para a organização do 1º Encontro Estadual de Conselhos Tutelares e redação de um projeto de estatuto.

Ago/1994 Acontece o 1º Encontro Estadual de Conselhos Tutelares, na cidade de Indaiatuba. Um total de 37 conselhos tutelares representam 35 municípios da região aprovam o estatuto da ACTESP.

Na cidade **Mar/1995** de Brodowski, 54 conselhos de oficializam a fundação da Associação dos Conselhos Tutelares do Estado de São Paulo.

Acontece o 3º **Mar/1996** Encontro Estadual de Conselhos Tutelares, em Barretos. A discussão da articulação entre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social e a Lei de Diretrizes e Bases (que trata da educação), é discutida por 60 conselhos presentes.

Set/1996 A ACTESP passa a ter existência legal, a partir de seu registro em cartório.

Oficinas e troca de experiências entre os conselhos tutelares marcam o 4º Encontro, realizado **Abr/1997** na capital.

A diretoria da ACTESP assumiu a definição da Assembléia Geral, que a elegeu em abril de 1999, de que a prioridade de atuação seria a regularização jurídica da entidade, não medindo esforços para cumpri-la, mesmo frente aos muitos embaraços burocráticos. O problema teve início quando o conselheiro Marco Antonio Rocha, então coordenador geral da entidade (em 1996), necessitou afastar-se por estar recebendo

ameaças, em função de atitudes tomadas no exercício da função de conselheiro. O cartório considerava sem valor as assembleias dos anos seguintes por não terem sido convocadas por Marco Antonio. A partir de um resgate da história da ACTESP e com o auxílio de um juiz, que declarou considerar legítimas as assembleias, foi possível a regularização que as outras gestões já haviam buscado sem sucesso. Posteriormente foi aberta conta corrente, para captação de recursos e realização de transações financeiras de interesse da entidade.

Em assembleia extraordinária realizada em agosto passado, foram aprovadas alterações no Estatuto da ACTESP. Algumas exigidas para que a regularização jurídica fosse possível, outras visando avanços nos aspectos democrático e representativo. Criou-se, por exemplo, o Conselho Deliberativo, instância intermediária entre a Diretoria Executiva e a Assembléia Geral, na qual 14 representantes das Regiões Administrativas do Estado dividem com a diretoria, a responsabilidade de

Itariri, no Vale do Ribeira, sedia a 5ª edição do Encontro Estadual de Conselho Tutelares,

Mar/1998 em que é eleito um representante da ACTESP para o Núcleo de Referência para a Implantação do SIPIA no estado. Os fatos e definições do encontro dão origem ao boletim informativo da associação, em edição experimental.

Seminário em Praia Grande



articação dos conselhos em suas respectivas regiões, garantindo representatividade e agilidade nos encaminhamentos. A diretoria também esteve representando a ACTESP em diversos municípios em reuniões, debates, seminários, encontros e conferências, sempre na defesa dos direitos das crianças e adolescentes e na articulação e aprimoramento dos conselhos tutelares. Foi construído programa de formação para conselheiros tutelares e está sendo elaborado projeto de assessoria, formação e treinamento que será apresentado no VII Encontro da ACTESP.

VII Encontro Estadual

O VII Encontro Estadual de Conselheiros Tutelares do Estado de São Paulo acontece de 13 a 16 de abril deste ano, em São José dos Campos. Além de momentos de formação e de troca de experiências, a discussão de

Confirmada par...
entre a ACTESP...
Instituto de Est...
Especiais da P...
para assessoria...
cons...
tute

O **broto** tem o apoio da CUT e da Força Sindical

cam a realidade da ACTESP



Reunião de Diretoria e Conselho Deliberativo em Sta Bárbara

temas de relevada importância, como a proposta para a resolução do CONANDA, que deverá regular funcionamento e procedimentos dos conselhos tutelares, temas também do Encontro Nacional de Conselheiros Tutelares, previsto para maio de 2000.

Ocorrerá, junto ao encontro, assembléia que definirá prioridades de ação da ACTESP e eleição da diretoria para a gestão 2000-2001.

Já estão ocorrendo encontros regionais, que, além de promover a integração dos conselhos, devem indicar representantes de cada região para a formação do conselho deliberativo. Informe-se sobre os encontros regionais com Rose pelos telefones (011) 9368-0084 e 6918-0271, ou Isabel, pelos números 215-3047 e 9147-3003. Participe! Você faz parte do todo.

ceria
Pe o
dos
UC,
aos
elhos
lares.

Filie-se!!!

Toda entidade necessita de recursos financeiros para cumprir seus objetivos. Aluguel de sala, telefone, material de escritório, realização e participação em eventos.

Há pouco tempo a ACTESP se mantinha apenas com donativos, trabalhos voluntários e empréstimos.

Hoje, devidamente registrada, a associação iniciou a filiação dos conselheiros. Cada um deverá contribuir com uma anuidade relativa a 10% de sua remuneração mensal. Um conselheiro que ganha 100 reais mensais, contribuirá com 10 reais por ano. Ex-conselheiros, contribuirão como sócios honorários, com 10% do salário mínimo vigente, valendo também este valor para os conselheiros que não

recebem remuneração. Ao filiar-se o conselheiro receberá carteira

de identificação.

Maiores informações com Rose pelo telefone 6918-0271.

Filie-se! Você faz parte do todo.

2001

Reunião preparatória do 7º Encontro Estadual de Conselheiros Tutelares, a realizar-se em abril, dá início às atividades deste ano.

Jan/2000

O primeiro Curso de Formação para Conselheiros Tutelares, desenvolvido unicamente pela entidade, ocorre em Guarulhos. - Conquista de espaço para futura instalação da sede.

Dez/1999

Pela inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ (o antigo CGC), a ACTESP passa a ser reconhecida também pela Receita Federal, o que permite abertura de conta corrente. – Fiscalização na Febem-Imigrantes.

Out/1999

Conselheiros de várias cidades realizam fiscalização à Febem-Tatuapé.

Set/1999

Primeiro Seminário de Formação para Conselheiros Tutelares ocorre em Praia Grande. Durante Assembléia realizada no evento, é aprovada a reformulação do atual estatuto da ACTESP, que passa a chamar-se

“Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de São Paulo”. – Promoção de Fórum de Debates no Guarujá.

Ago/1999

ACTESP

Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de São Paulo

Darcy da Silva
Conselheiro Tutelar do Município de Itu
Lei Federal 8069 de 13/07/1990
Inscrição: 002/2000
Expedição: 22/02/2000
Validade: 06/01/2001

Maria Isabel Garavello - Presidente da ACTESP

foto

Jun/1998

Publicação da primeira edição periódica do informativo da associação.

A atual diretoria da ACTESP é eleita no 6º Encontro Estadual de Conselhos Tutelares, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste.

Abr/1999

Jul/1999

A regularização no Cartório de Registro Civil recupera prerrogativas legais da entidade.

O broto tem o apoio da CUT e da Força Sindical

FISCALIZAÇÃO À FEBEM

Problemas marcaram fiscalizações

Por decisão da Assembléia Extraordinária realizada em Praia Grande em agosto passado, a diretoria da ACTESP organizou fiscalizações nas unidades Tatuapé e Imigrantes da Febem.

Em 15 de setembro, na Unidade Tatuapé, cerca de 60 conselheiros tutelares, de vários municípios, encontraram dificuldades. Foram necessárias mais de quatro de espera de autorização para entrar, enquanto isso adolescentes saíam da unidade em viaturas. Observou-se que estes tinham partes do corpo enfaixadas. Só foi possível entrar na unidade após registro de Boletim de Ocorrência.

Em oito de outubro, na tentativa de fiscalização à Unidade Imigrantes, o grupo de quase 100 conselheiros presentes foi impedido de entrar pelo diretor da unidade, que

alegava desconhecer esta prerrogativa dos conselheiros tutelares. Foi procurado o Delegado do Distrito Policial, que se recusou a autuar flagrante de delito, solicitado com base no artigo 236 do ECA, contra o diretor da unidade. O caminho foi registrar queixa contra o próprio delegado e o diretor da Unidade Imigrantes, na Corregedoria de Polícia de São Paulo, o que culminou com abertura de processo administrativo ainda em andamento.

A ACTESP está se articulando com o Ministério Público, com a OAB, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE), e outras entidades de defesa de direitos da criança e do adolescente para ação conjunta, visando a aplicação de medidas sócio-educativas em entidades que atendam realmente às determinações do ECA.

AÇÃO JUDICIAL BEM SUCEDIDA

Criando jurisprudência

Vários conselhos tutelares, em vários municípios, têm encontrado novas soluções e encaminhamentos para seus problemas. São iniciativas inéditas e, em alguns casos, bastante criativas.

O Conselho Tutelar da Zona Noroeste, na cidade de Santos, inovou, de forma corajosa e competente, quando, no ano passado, a secretaria municipal de cidadania retirou o veículo que a prefeitura havia cedido ao conselho, entrando com ação judicial contra a secretaria, pela retomada do veículo.

Em primeira instância, no próprio município, o poder judiciário julgou que o conselho tutelar não possuía personalidade jurídica para entrar com a ação. O grupo de conselheiros, buscou orientação

jurídica e recorreu da decisão em nível superior, obtendo sucesso.

Além de conseguir o retorno do veículo, o conselho criou jurisprudência para o problema, por meio de um acórdão detalhado embasado na literatura jurídica e na posição de especialistas da justiça.

O fato abre caminho para que, com base neste caso, outros conselhos possam recorrer à decisões judiciais visando a garantia de seu trabalho diário.

A ACTESP possui a cópia do acórdão e pode ceder para conselheiros que tenham interesse.

A cada edição do "broto" estaremos divulgando outras iniciativas de conselheiros tutelares. Entre em contato e nos dê a sua colaboração.

SIPIA

Implantação complicada

O Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA - precisa ser implantado em nosso estado. O Núcleo estadual de Referência para a Implantação do Sipiia tem tido muita dificuldade para cumprir seu papel, não havendo apoio do governo do estado. Não foi viabilizado transporte para os representantes do núcleo, uma vez que o governo estadual suspendeu a cessão de veículos, paralisando o processo de visita aos municípios que solicitaram o sistema informatizado.

É de extrema importância que todos os municípios solicitem adesão ao sistema, mesmo não tendo ainda o computador, pois desta forma estaremos sensibilizando o governo estadual a atender a demanda. O pedido de adesão deve ser enviado ao núcleo, com cópia ao CMDCA do município. Os conselhos que já tiverem computador devem informar a configuração dos equipamentos, os que não tiverem, devem solicitar, no endereço abaixo, a configuração mínima.

O núcleo está funcionando na sede do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA - à Rua Antonio de Godoy, 122 - 7º Andar - Centro - São Paulo, Cep 01034-000, atendendo pelo tels. 222-4441, 3337-1486 e fax. 223-8688.

Implantar o SIPIA é garantir melhor atendimento e a defesa de direitos.

FEDDCA

Participação efetiva

A ACTESP tem participado ativamente das reuniões do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - FEDDCA. É preciso, porém, que os conselhos tutelares do interior do estado se façam representar nas reuniões, visando o fortalecimento e a democratização do Fórum. As reuniões acontecem sempre no terceiro sábado de cada mês, no Colégio Santa Inês, sito à Rua Três Rios, 362 - Metrô Tiradentes, das 9h00 às 14h00.

Você !!!

Participe do "Broto. Envie sua sugestão, dúvida, crítica... Entre em contato conosco. Troque experiências. Informe os problemas do "seu" conselho tutelar, e as formas encontradas para solucioná-los...Faça parte!!!